

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS**

LUCIMAR FURTADO SILVA

**UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROEJA EM GOIÁS
CASO CEFET/GOIÂNIA**

GOIÂNIA

2009

LUCIMAR FURTADO SILVA

**UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROEJA EM GOIÁS
CASO CEFET/GOIÂNIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação básica, na modalidade de Jovens e Adultos pólo CEFET-GO para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional.

Orientadora: Profª Ms. Jaqueline M.B. Vitorette

GOIÂNIA

2009

**UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROEJA EM GOIÁS
CASO CEFET/GOIÂNIA**

Monografia defendida no Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – Pólo CEFET-GO, para obtenção do título de Especialista.

Aprovada em 28 de agosto de 2009, pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes professores:

Prof. Msc. Jaqueline Maria Barbosa Vitorette

Prof. Msc. Sebastião Cláudio Barbosa

Prof. Dr. Cleito Pereira Santos

“Nenhum trabalho, por mais singelo que seja é feito de maneira individual, mas sempre há participação de muitos, por isso, dedico esta pesquisa a minha orientadora, prof. Ms Jacqueline M. B. Vitorette, pois sem sua não teria chegado até aqui”.

*“Agradeço a todos que me ajudaram nesta
Caminhada, muita vezes árdua e difícil,
Mas nunca solitária, muito obrigada”.*

O adulto não é um mero portador de "conhecimentos prévios", que precisaria ser resgatado, mas um sujeito que já construiu uma história de vida, uma identidade e cotidianamente produz cultura.

Ana Maria de Oliveira Galvão

RESUMO

Este trabalho busca esclarecer o processo de formação do cidadão refletindo o programa da inclusão, e educação básica integrada na educação profissional. Vale ressaltar que num país onde as desigualdades sociais são tão marcantes, as ações que buscam reinserir pessoas excluídas do processo produtivo, financeiro, educacional, social e cultural são sempre uma alternativa de, se não dirimir o problema, ao menos atenuar seus efeitos. Isto não significa dizer que do ponto de vista educacional, notadamente os ensinamentos técnicos integrados, os profissionais devam ter uma atitude passiva, mas de reflexão sobre tais ações, visando uma educação de qualidade, emancipatória e não somente pragmática, propedêutica. Por esta premissa, a presente pesquisa buscou compreender o processo de formação do Programa Federal PROEJA no CEFET-GO, unidade Goiânia, tendo em vista ser um programa de inclusão, de educação básica integrada a educação profissional. Como se deu esta formação, que dificuldades e resultados advieram da mesma, foram questionamentos que delinearam a estrutura deste trabalho acadêmico. A metodologia foi a pesquisa qualitativa com análise documental e entrevista estruturada. Assim, buscando a compreensão deste assunto, esta pesquisa científica se propôs auxiliar todos que necessitarem ou mesmo, desejarem obter mais conhecimento sobre o tema.

Palavras Chaves: CEFET-G., Cidadania. Educação de Jovens e Adultos. Formação profissional.

ABSTRACT

This paper seeks to clarify the process of education of the public reflecting the inclusion program, and integrated basic education in professional education. It is noteworthy that in a country where social differences are so striking, the actions that seek to reintegrate people excluded from the productive, financial, educational, social and cultural are always an alternative, if not resolve the problem, at least mitigate their effects. This does not mean that the educational point of view, especially the teachings of integrated technical, professionals must have a passive attitude, but to reflect on these actions, seeking a quality education, emancipation and not only pragmatic, work-up. On this premise, this research aimed at understanding the formation process of the Federal Program PROEJA CEFET-GO, Goiânia unit in order to be an inclusion program, basic education integrated professional education. How did this training, what difficulties and thereby made the same results, were questions that outlined the structure of academic work. The methodology used was qualitative research and documentary analysis. Thus, seeking to understand this issue, this research set out to help all who need or even want more knowledge on the subject.

Keywords: CEFET-GO, Citizenship. Youth and Adults. Training.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	10
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA -----	12
1.1 - Histórico: Integração Trabalho e Educação-----	12
1.1.1 - Homo Logus -----	12
1.1.2 - Homo Faber -----	13
1.1.3 - Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA) -----	14
1.1.4 - Integração do Ensino Técnico ao Ensino Médio no caso CEFET-GO – Unidade Goiânia: Breve Histórico-----	20
2. PROEJA -----	24
2.1 - Reflexões sobre o Programa de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, Lei 11.892/2008 e Currículo Integrado-----	24
2.2 - PROEJA no CEFET-GO e seu Projeto Político Pedagógico Institucional ----	27
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
4. PESQUISA DE CAMPO: ANÁLISE DE ENTREVISTAS	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	41
APÊNDICE 1 – PROTOCOLO DE ENTREVISTA	
APÊNDICE 2 – CARTA DE APRESENTAÇÃO	
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO	

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa refletir o processo de formação profissional integrado a Educação de Adultos, fazendo um comparativo dos avanços que a educação vem alcançando no decorrer dos tempos, em relação a proposta do programa de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

Segundo FREIRE (1987, p. 55) "existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo, uma vez que o mundo pronunciado com princípio de cidadania reflete na sociedade a formação do cidadão crítico reflexivo e atuante para enfrentar os desafios do cotidiano". Assim, se pronunciando, a educação de qualidade participa da construção de uma sociedade mais justa que trabalha em função dos valores que o ser humano constrói com dignidade e valores morais.

Esta afirmativa nos remete a modalidade de educação de um público diferenciado, mas que se constitui em uma parcela considerável na sociedade brasileira, visto que grande número dessa sociedade, são os jovens e adultos, aos quais no decorrer dos tempos lhes foram negados o direito a educação numa determinada fase da vida.

Esse público possui características próprias, pois já estão com distorção de idade e série, uma vez que estes trabalham e enfrentam dificuldades com a exclusão no mundo do conhecimento voltado para a educação igualitária para todos. Diante disso, não se apropriaram das técnicas e nem da tecnologia que o avanço das ciências proporciona, por isso, acham-se em subempregos, relegados às piores funções e desejosos de reverter esse quadro, mas muitas vezes sem motivações por acharem-se distantes dessa realidade, sem disponibilidade de tempo e recurso, pois necessitam trabalhar para se manterem ou continuarem sobrevivendo, ou ainda acharem-se despreparados e em idade avançada mudar a realidade.

Diante deste cenário, estudiosos e teóricos da educação se lançaram em estudos e pesquisas sobre a problemática, propondo alternativas pedagógicas de solução, por outro lado, ações governamentais também surgiram para dirimir a situação. As motivações de uma e de outra parte nem sempre se convergem, umas tendem a suprir o mercado de trabalho, melhorar a competitividade do país, ou atender aos interesses dos organismos internacionais, outras buscam resgatar

e reinserir o educando na modalidade de educação para jovem ou adulta no mundo do saber e do trabalho, promovendo uma educação que liberta, estimulando-o a se posicionar como sujeito de direito, um ser que pronuncia o mundo, pois é na palavra, no trabalho, na ação e reflexão que o homem constrói a sua identidade.

Neste sentido, se faz necessário destacar como princípio de cidadania, o processo de formação do Programa Nacional de Educação Profissional aliada a Educação Básica na Modalidade jovens e adultos (PROEJA), integrando o CEFET-GO unidade Goiânia. Assim, essa pesquisa buscou perceber vários aspectos relevantes para a implantação do programa garantindo acessibilidade ao adulto, tais como: De que forma seria estabelecida a formação do adulto? Quais as dificuldades encontradas nesse processo? De que ordem? A participação dos funcionários do CEFET-GO foi efetiva? Como a comunidade se posicionou?

Que princípios educacionais nortearam o processo de formação do jovem e do adulto? Qual a visão pedagógica e institucional dos professores e demais funcionários para o programa?

Diante desta problemática o presente trabalho focou no primeiro capítulo a fundamentação teórica, fazendo um levantamento breve sobre o histórico da educação dos jovens e adultos no Brasil, como também um breve histórico do CEFET em Goiás, unidade Goiânia para em seguida falar sobre a implantação do PROEJA.

O segundo capítulo estabelece o Programa PROEJA, especificamente sua relação com a Lei nº 11.982/2008 e o Currículo Integrado, o terceiro capítulo trata dos procedimentos metodológicos, e, o último faz uma análise das pesquisas de campo, realizadas por mim e por outra entrevistadora que entrevistou o mesmo público alvo deste trabalho, enfocando também o tema desta pesquisa. As entrevistas foram confrontadas e analisadas, dado à falta de tempo hábil para proceder todas as entrevistas. Diante dos estudos, busca-se compreender o processo de formação do PROEJA, no CEFET-GO e os benefícios que o educando recebe para atuar na sociedade, enfrentando os desafios encontrados no cotidiano. Portanto, se faz necessário a compreensão dessa formação com educação de qualidade com acessibilidade aos princípios de valorização de todos envolvidos no processo educacional.

,1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 - Histórico: Integração Trabalho e Educação

1.1.1 - Homo Logus

É necessário fazer o reconhecimento das necessidades de inserir o adulto no processo educacional, visto que a educação de jovens e adultos busca integrar o educando numa proposta de conhecimento voltado para os princípios de valorização humana em todos os aspectos, visto que sendo o homem um ser natural, ele faz parte da natureza e com ela se relaciona já que dela provém sua sobrevivência. No aspecto de socialização, o homem se relaciona com a natureza, fazendo um retrocesso de compreensão do mundo.

Por mais sofisticadas que possam ser as atividades animais - por exemplo, a casa feita pelo João-de-Barro ou a organização de um formigueiro - elas ocorrem com pequenas modificações na espécie, já que a transmissão da "experiência" é feita quase exclusivamente pelo código genético. (ANDERY, apud, Zilles, 2003, p.12-13)

Diante deste pressuposto, o homem passou a observar que as coisas não são imutáveis, passou também a pensar sobre elas, com isto o homem passou a criar instituições, inventar coisas novas para melhorar a vida, adquirindo, retendo, ampliando e transmitindo as técnicas e o conhecimento historicamente acumulado às novas gerações através da comunicação oral, primeiramente, e depois por registros gráficos.

Como ressalta M. BLONDER, apud Zilles (2003, p.20): "O homem é prospectivo e reflexivo". Assim, o homem cria e insere-se no ato de conhecer, é pois o homem-logos, o homem do saber, do ato de pensar, investigar, criar, recriar e transmitir, o que foi aprendido.

1.1.2 - Homo Faber

O espírito investigativo, reflexivo, bem como a necessidade de sobrevivência do homem permitiu que ele não somente aprendesse, mas utilizando desse conhecimento transformasse a natureza, fabricando instrumentos para suprir suas faltas, é o homem tornando-se em homo faber, aquele que constrói, fabrica, transforma, cria técnicas.

Conforme afirma ZILLES (2003, p. 29)

Através da fabricação de instrumentos e do desenvolvimento técnico, o homem transforma a natureza em cultura e educação. Assim, para cada nova geração, o conhecimento permite ao homem que ele não volte sempre ao ponto de partida, sempre que precisar avançar no saber, pois isto é feito por meio da educação e da cultura.

Desta forma a escola, instituição responsável historicamente em produzir e transmitir o conhecimento produzido pelo homem aos seus semelhantes, inferindo assim, na sua formação intelectual, moral e afetiva, pois o homem é um ser global e não fragmentado, ou seja, deve promover educação, constitui-se em outro fazer do homo faber, o qual está sempre em processo de mudanças significativas a cada atuação na sociedade, isto se justifica pelo fato de ser o ser humano um ser social.

PENNAC (2002, p.192) cita que nas primeiras linhas do último capítulo do livro Como um Romance, é feita uma reflexão sobre a atuação do homem na sociedade, o qual “o ser humano constrói casas porque está vivo, escreve livros porque se sabe mortal, lê porque se sabe só e vive em grupos porque é merecedor de uma socialização digna”.

Logo, a vida em sociedade, outro fazer do homo-faber, é fruto dessa capacidade de socializar do homem e este tipo de vida implica em regras, em organizações, instituições que visam assegurar ao homem condições de vida e progresso. Ressalte-se, porém, que como a sociedade é dinâmica, a escola modifica-se também, se adapta as necessidades do momento histórico, neste sentido temos várias ações educacionais, como os curso regulares, intensivos, semi-intensivos, parciais, integrais, voltados para públicos específicos e, uma das

mais significativas adaptações é sem dúvida, a educação para jovens e adultos, que por motivos diversos, como sociais, econômicos, defasagem idade-série, tiveram que se afastar dos bancos escolares, só mais tarde a eles retornando.

1.1.3 - Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

É pelo conhecimento (homo logus), pela técnica e pelo trabalho (homo faber) que o homem interage com seu semelhante, modifica a natureza, modificando-se a si mesmo ao final, pois o homem é parte dessa natureza. Neste sentido, fica clara a conexão educação profissional e educação nas atividades laborais do ser humano. Por essa premissa, a associação trabalho e conhecimento, é compreendida como a viabilidade do homem fazer-se homem, uma forma particular de produzir a própria vida, criar e recriar os meios de subsistência física, afetiva e cultural, pois por meio do trabalho e da aquisição do conhecimento o homem transforma-se num ente social e relaciona-se com o outro visando a produção da vida.

A sociedade atual é marcada pelos avanços tecnológicos e científicos, sobretudo da informática, a rapidez e a amplitude destes avanços faz do conhecimento e do trabalho, instrumentos cada vez mais importantes, úteis e necessários nas mãos do trabalhador, daí a urgência de adequação das instituições escolares, pois o aluno de hoje não é só a criança, daí a importância de programas educacionais que visem aglutinar ações profissionalizantes e educação, ensino e profissão, pois o aluno que está em sala de aula é o mesmo que produz, e a escola, o espaço privilegiado de construção do saber, da troca de experiências, do diálogo, esta, então, deve abarcar a todos, sem distinção de cor, raça, credo ou idade.

A bem da verdade, a educação profissional aglutinado ao ensino de jovens e adultos não está restrita à questão etária, mas, sobretudo estão vinculadas a um dever moral, cultural, que agora se vê amparado por lei. Ora, o adulto é aquele que já não é mais criança, que tem experiência de vida, conhecimento de mundo e reflexões sobre este mesmo mundo, muitas vezes acumulados, necessitando de formação profissional aliada a uma elevação de escolaridade, pois a realidade fática é que este aluno não possui somente defasagem idade-

série, mas defasagem social, cultural, afetiva, uma vez que a maioria se sente diminuído em termos de auto-estima por não ter tido as mesmas oportunidades que outros menos carentes. O adulto já está inserido no mundo do trabalho, ainda que a condição seja de sub-emprego, no mundo das relações interpessoais, logo, que este adulto deve ser visto considerando suas características pessoais, sem estereótipos.

Os alunos têm vergonha de freqüentar a escola depois de adultos e muitas vezes pensam que serão os únicos adultos em classes de crianças, sentindo-se por isso humilhados e tornando-se inseguros quanto a própria capacidade para aprender. (OLIVEIRA, 1999, p. 19)

A questão da educação profissional no Brasil não é recente, historicamente desde a chegada dos portugueses aqui, os nativos já fundiam práticas educativas com trabalho entre os adultos, fazendo a junção saber e fazer. Também no Brasil colônia.

Como afirma CUNHA (2000, p.32):

A aprendizagem dos ofícios, tanto para escravos quanto para homens livres, era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho. Com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, passando a fase de império, muitas manufaturas foram abertas, como também metalúrgicas, estas, seguiam o modelo corporativo da metrópole em que o ofício era ensinado por mestres, que registravam os aprendizes e o tempo de aprendizagem era de quatro anos, para em seguida o mestre emitir uma declaração comprovante a ser examinada por uma banca julgadora. Essas atividades manufatureiras eram ministradas ainda em academias militares, entidades filantrópicas e liceu de artes e ofícios.

De maneira não esporádica, o Estado envolvia o trabalho com a aprendizagem obrigatória aos menores oriundos de classes mais carentes e à margem da sociedade, o qual no início do século XIX, foram fundadas as casas de educandos artífices por vários governos provinciais que seguiam o modelo de aprendizagem de ofícios do âmbito militar, lá as crianças e jovens necessitados

aprendiam o ofício e a leitura, escrita, aritmética e desenho entre outros saberes. Já os liceus de artes e ofícios nasceram de entidades civis com recursos de seus sócios e benfeitores, e muitos ainda funcionaram como difusores do ensino primário, que na época era bastante restrito.

O primeiro deles foi fundado em Niterói, em 1883, e o segundo, em 1886, em São Paulo, era o Liceu Coração de Jesus, um liceu de artes, ofícios e comércio, estes foram os primeiros de uma série de 14 (quatorze), neles, os aprendizes deveriam concluir a escola primária, freqüentar cursos de cinco ou seis anos de duração em que se ministrava a educação básica geral, oferecida em paralelo à educação profissional nas seguintes áreas: tipografia, encadernação, alfaiataria, marcenaria, sapataria, fundição e marmoraria, este tipo de escola formaram até 1910 um quase sistema, quando entrou em declínio que como CUNHA (2000, p.122) destaca o envolvimento de uma sociedade atuando no Liceu de Artes e Ofícios ofereceu o primeiro curso para mulheres, bem como um curso comercial.

No período republicano, houve um alargamento do ensino, ainda que tímido, o ensino obrigatório de ofícios cedeu vez para redes de escolas, tudo isto protagonizado pelos governos federal, estadual e entidades religiosas, agora os destinatários não são mais apenas os necessitados, mas aqueles pertencentes ao setor urbano, pois com a crise da agricultura cafeeira e açucareira, ou seja a mudança do Brasil agrícola para um Brasil mais industrializado, era necessário urbanizar o país, pois a crescente e recente industrialização precisava de mão-de-obra qualificada, que conseguisse ler e escrever, porém a finalidade real da educação escolar-profissional era a formação de operários para as fábricas.

Neste período, despontaram no âmbito da sociedade civil projetos de Educação Profissional diferentes do até então convencional, pois tratava-se de projetos voltados para os trabalhadores organizados em sindicatos, lógico, de maneira muito pudica, mas aos poucos essa educação focada nos trabalhadores vai tomando corpo, pois a organização do ensino profissional e os métodos de ensino, antes exclusivamente empíricos tomam status de racionalidade técnica, conseqüência natural do avanço do conhecimento científico do trabalho.

Assim, a junção trabalho e ensino profissionalizante sempre estiveram, de uma forma ou de outra, presentes ao longo da história brasileira. Mas foi depois

da década de 30 que as políticas públicas se efetivaram a partir da necessidade de qualificação e diversificação da força de trabalho e da separação do trabalho manual do intelectual, com isso a questão do ensino profissional bem como o ensino para jovens e adultos, ganha maior expressão, pois a Constituição de 1934 configura como dever do Estado o ensino primário, gratuito, integral, obrigatório extensivo aos adultos.

Em 1935, o Ministério da Educação, partindo de uma premissa mais orgânica sobre educação profissional, propõe eliminar as diferenças existentes entre trabalho manual, agrícola e industrial, promovendo a obrigatoriedade da educação profissional, estendendo-a às escolas de nível médio, propondo inclusive a criação da Universidade do Trabalhador. Porém, mais preocupado com as necessidades do pólo industrial, o Ministério do Trabalho propunha cursos profissionalizantes isolados.

Devido a demanda, surgem várias propostas para a educação da classe trabalhadora surgindo nesse período, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, surge para suprir as necessidades do cidadão, com conhecimentos práticos aliados as ações de direitos e valores a classe trabalhadora da indústria. GARCIA (2000, p.84) afirma: "O saldo que fica desse período é que a formação (profissional) dos trabalhadores permitindo o controle do profissional qualificado no âmbito da indústria".

Em 1946, é criado, pelo governo brasileiro o Serviço Nacional do Comércio SENAC que em termos de estrutura se igualava ao SENAI, a diferença se dava no âmbito de estar aquele ligado ao setor comercial, surgiu também o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENARP). E quanto aos excluídos do sistema regular, restavam as campanhas de alfabetização em massa que se desenvolveram com alguns avanços de aceleração de aprendizagem aliados à formação de educação com letramento. Segundo CARDOSO (1978 p.429) A formação de mão de obra qualificada para a indústria passa a definir toda a preocupação e desenvolvimento como a política educacional. Sua base é a educação voltada para o trabalho a pretensão é torná-la técnica.

A alfabetização de adultos ganha expressividade e representa um marco e um avanço na Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

no Brasil por assumir contornos de um compromisso em favor das classes trabalhadoras rurais e urbanas, pois educação também é uma ação política e o aluno, um agente transformador de sua realidade circundante, sujeito do seu processo de construção do saber. No entanto, foi a Educação de Jovens e Adultos se materializou e se regulamentou, isto com a Lei nº 5.692/71, pela primeira vez uma legislação específica colocou em capítulo próprio a educação de jovens e adultos. A partir deste cenário novo e daí para frente, a educação de jovens e adultos, e a junção trabalho e educação, ou seja, educação profissional, foi crescente, tanto que na contemporaneidade.

A partir da Constituição cidadã, de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) a Educação de Jovens e Adultos tornou-se preceito legal, pois estas leis preconizam que a educação é direito de todos e salienta a educação como instrumento qualificador para o trabalho e para o exercício da cidadania, diferentemente das Constituições anteriores, ainda que mantendo o teor segmentado entre teoria e prática, pois se discutiu, separadamente, no texto constitucional as questões educação e ciência e tecnologia, no que é notório o avanço, a revolução científica e tecnológica.

Diante do exposto, fica claro pelo novo texto constitucional e pela nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei nº 394/96) que reservou um espaço privilegiado para a educação profissional, que à escola cabe oportunizar o desenvolvimento de habilidades para a vida produtiva, é fato também, que um olhar mais crítico sobre o desenvolvimento da educação profissional e da EJA ao longo dessas três últimas décadas revela alguns retrocessos, como o fato de várias entidades desconsiderarem a importância da EJA para o país, desta forma, houve cortes financeiros para o sucesso do programa.

Depois de várias lutas, houve alguns reconhecimentos pela política educacional, valorizando a importância da educação básica para jovens e adultos, com propostas e metas a fim de garantir estabilidade e melhores condições de envolvimento com as propostas educacionais.

Desta forma, estudar o desenvolvimento da educação profissional e do ensino de Jovens e Adultos EJA, ao longo do processo histórico brasileiro, levamos a perceber quão amplo, fragmentado, complexo e heterogêneo é o assunto, pois todas as suas ações seja educação básica, alfabetização, concomitantes ou

não com cursos profissionalizantes, são sempre orientados pela questão da empregabilidade, mantendo um caráter descontínuo, irregular e segmentado, vez que sempre variou com os interesses econômicos vigentes. Mas fato é que nossos jovens e adultos também são sujeitos do processo ensino-aprendizagem brasileiro,

Por esta premissa, o Programa Nacional de Integração Profissional - PROEJA com a Educação Básica de Jovens e Adultos, se levanta como uma proposta mais coerente e eficaz, buscando oferecer uma educação humana, irrestrita a faixa etária, oportunizando o acesso aos saberes científicos e tecnológicos, percebendo o aluno-trabalhador como sujeito do seu próprio processo de ensino-aprendizagem, e não como um objeto manipulável, uma parte qualquer dos muitos maquinários que possui uma fábrica, um escritório, uma loja, uma firma. Este aluno-trabalhador será capaz de compreender o mundo, atuar nele de forma ativa e consciente, de forma autônoma, pois, sabe-se capaz de pensar por si mesmo, mas sem o ranço do individualismo, uma vez que é coletivamente que produzimos e vivemos.

O PROEJA, como programa nacional, teve início em 2005 pelo Decreto nº 5.478/2005 e, previa que os cursos para jovens e adultos com integração de educação e profissão fossem oferecidos apenas em âmbito da Rede Federal. A princípio, a sociedade como um todo recebeu bem a iniciativa federal, porém alguns precisavam ser feitos, pois este previa que o Programa devia abranger cursos e programas de formação continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Em 2006, este Decreto foi revogado pelo Decreto nº 5.840/2006, que definiu que o PROEJA seria um programa nacional e suas principais modificações foi no sentido de que o Programa deveria atender as características dos jovens e adultos a serem atendidos, podendo ser articulado ao Ensino Fundamental ou Ensino Médio, objetivando elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores, podendo ainda ser adotados ou implantados por instituições públicas ou privadas de serviço social, podendo ser federal, estadual ou municipal.

Por este novo Decreto o PROEJA nº 5.840/06 estabelece seis princípios:

- Inclusão da população nas oportunidades ofertadas;

- Inserção orgânica da modalidade EJA, integrada à educação profissional nos sistemas públicos como direito do cidadão;
- Ampliação do direito à educação básica, pela universalização do Ensino Médio;
- O trabalho como princípio educativo;
- A pesquisa como instrumento de formação do sujeito;
- As condições geracionais, de gênero, de relações étnicas são fundantes da formação humana e das formas de produção das identidades sociais.

Vale ressaltar que a partir da Constituição de 1988 e da LDB de 1996, a escolarização de jovens e adultos se configura como campo de ensino e pesquisa, uma vez que essa escolarização passa a sinalizar a necessidade de investigação e construção de alternativas que atendam as especificidades desse público, inclusive com currículos apropriados, produção de material didático adequado, bem como estratégias diferenciadas, lembrando que a escolarização desta clientela deve ser contínua iniciando pelo antigo primário e continuando pelos níveis fundamental e médio.

1.1.4 - Integração do Ensino Técnico ao Ensino Médio no caso CEFET-GO – Unidade Goiânia: Breve Histórico

Como princípio de cidadania, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFGoiás, foi criado por meio da Lei número 11.892 de 29 de dezembro de 2007, visando atender a proposta do Governo Federal que desde 2003 editava medidas para substanciar a educação profissional e tecnológica, surgiu então o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, vinculado ao Ministério da Educação, que foi na verdade a transformação do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - CEFET - GO, que iniciou-se em 22 de março de 1999. Uma instituição de ensino superior pública e gratuita, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, priorizando a área tecnológica.

Vale ressaltar que a instituição teve seu início em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto nº 7.566, quando o Presidente Nilo Peçanha criou 19 escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada Estado da União, aqui em Goiás, ela começou na antiga cidade de Vila Boa, então capital do Estado, posteriormente transferida para a nova capital Goiânia, em 1942, passando a se chamar Escola Técnica de Goiânia e em agosto de 1965 passou a condição de autarquia federal, pelo advento da Lei nº 3.552/1965, isto significou alcançar autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, é interessante observar, também, que essa instituição, desde sua criação (escolas dos artífices) sempre foi voltada para oportunizar educação de qualidade e preparo para o mercado de trabalho para todos, inclusive daqueles menos privilegiados pela sorte ou pela vida, os mais carentes, sócio e economicamente, daí que o CEFET sempre contou com prestígio por parte da comunidade local, sempre apareceu como sonho de muitos que viam nele sua oportunidade de estudar melhor, ter acesso a uma aprendizagem significativa e com chances reais de colocação no mercado, CUNHA (2002 p.32).

Atualmente o Decreto nº 5.840/2006, amplia sua função de oportunizar um estudo de qualidade, com nível de excelência a um outro público, muita vez distante de seu espaço educacional, mas que também se encontra naquela condição primeira, ou seja, de desejar este tipo de estudo, mas sem condição econômica para realizá-lo, oferecendo a Educação Profissional aliada a educação básica para os jovens e adultos em defasagem idade-série no âmbito do Ensino Médio. O PROEJA, atuando na forma integrada, com isto o IFG propõe a configuração de um simples programa para se constituir como política pública do ensino, comprometido com metas e desafios.

O Ensino Médio, concebido como Educação Básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida. Trata-se de uma base para o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, que fazemos parte. (FRIGOTTO, 2005, p.76)

Logo, por esta ótica, a oferta do Ensino Técnico aos jovens e adultos no Instituto Federal de Goiás, ainda que recente e implantado com muitas dificuldades e embaraços, foca as demandas do setor Produtivo e as características dos trabalhadores, ou seja a sua clientela, buscando uma formação humana e ativa, priorizando a pesquisa, pois além de ser um dos princípios do Decreto 5.840/2007, constitui-se em um desdobramento da ciência e da tecnologia e uma necessidade do mundo do trabalho. Também busca consolidar o trabalho como princípio educativo, pois o homem é um ser produtivo, pensante, que elabora, transforma, cria e recria, pois é no trabalho que o homem se faz homem, e efetivando a inclusão daqueles que tiveram que se afastar dos bancos escolares, e que só na idade adulta, independente da faixa etária, retornam a eles objetivando oportunidades melhores e crescimento pessoal enquanto ser humano, sujeito ativo, consciente de seu papel no mundo, agente transformador de sua realidade circundante.

Porém, a formação e implantação do programa PROEJA no CEFET/GO não se deu sem lutas, sem a busca incansável de alguns profissionais de diversas áreas, e também por parte daqueles que atuavam na área de Turismo e Hospitalidade, pois reuniram-se por diversas vezes demonstrando, por todos os meios possíveis, que a formação e implantação deste programa era perfeitamente viável e de profunda relevância tanto para aqueles que dele precisassem como para a própria instituição, em termos de postura educacional, pedagógica e função social.

Conforme proposto pelo Decreto 5478/2005 revogado pelo Decreto 5.840/2006 que o Programa Nacional de Educação Profissional com a Educação básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi instituído e chegou ao CEFET-GO. A princípio sem muita adesão e com muitas resistências para sua implantação. Os motivos para a frágil adesão, no primeiro momento, foram vários, que vão desde a falta de professores, à falta de estrutura física, gerando dificuldades no oferecimento desta modalidade de ensino para jovens e adultos.

Tais motivos encontraram respaldo nas mudanças ocorridas na Rede Federal de Ensino Tecnológico, uma vez que houve ampliação do

número de Centros Federais de Educação Tecnológica, substituindo as antigas Escolas Técnicas Federais, redução do número de servidores administrativos e docentes pela falta de concursos públicos ou mesmo a falta de contratação de funcionários, baixando a qualidade do ensino, fragmentado o processo ensino aprendizagem (FILHO, 2003, p. 50).

Porém, em 2006, a Instituição passou a oferecer o curso Técnico Integrado em Serviço de Alimentação nível médio, possibilitando acesso a todos, traço identificador e característico da Rede Federal de Ensino, pois a integração de conhecimentos gerais e técnicos aos alunos secundaristas sempre foi um traço forte das antigas Escolas Técnicas, tal traço valoriza e humaniza a educação, tornando-a emancipatória.

O desenvolvimento do PROEJA, tem possibilitado o resgate da busca unânime de um ensino público, gratuito e de qualidade, voltado para as necessidades de trabalho, promovendo debates sobre o papel social dessa Instituição histórica que sempre agasalhou os excluídos de uma educação de qualidade (CASTRO;VITORETTE, 2001, p.08).

No processo de formação e implantação da Educação de Jovens e Adultos o PROEJA houve muita morosidade na aprovação do projeto do curso que passou por três reuniões com o Conselho Diretor, que questionou desde a referência bibliográfica do projeto até a quantidade insuficiente de materiais, como utensílios de cozinha para o ensino de como servir os alimentos aos alunos, morosidade também ocorreu por conta da necessidade de convencer os Conselheiros sobre a viabilidade e relevância da volta do curso técnico integrado, de abrir as portas para integração da Educação de Adultos para dar oportunidade a educação do trabalhador. Logo, a formação e implantação do PROEJA no CEFET-GO, passou por caminhos árduos e embaraços, mas obteve sucesso diante do resgate de princípios de cidadania.

2. PROEJA

2.1 - Reflexões sobre o Programa de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, Lei 11.892/2008 e Currículo Integrado.

É importante analisar os princípios do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, o qual resgata o educando num processo de conhecimento e liberdade para atuar na sociedade, uma vez que o processo educacional, visa estabelecer conhecimentos aliados a capacidade de promover a atuação do cidadão enquanto ser reflexivo atuante na sociedade.

Segundo Zilles (2003, p. 59):

Desde o momento em que o homem passou a indagar, ele passou a buscar o conhecimento. Na verdade, o saber, o querer compreender os fatos, a vida e a própria realidade circundante é uma atividade do homem. E ele faz isto no propósito único e universal de melhorar a qualidade de vida, bem como sua condição e sua realidade, buscando até transformá-la se possível, porque ele é um ser prospectivo e reflexivo. Neste exercício reflexivo, ele tece teorias, cria métodos, instituições, como a escola, programas e fundamenta estas ações com base em teorias epistemológicas.

Vários estudiosos renomados, tais como Freire (1989), Frigoto e Ciavatto (2005) e Oliveira (1999), entre outros, lançaram estudos e pesquisas visando respaldar a necessidade de oportunizar aos jovens e adultos, condições específicas de resgatar o tempo em que se ausentaram das escolas e dos estudos através de programas de escolaridade vinculados ao mundo do trabalho, ou seja, que atendam suas necessidades de conhecer e trabalhar para atuar na sociedade.

A educação de jovens e adultos propõe retribuir ao educando as dificuldades que o mesmo encontra em defasagem escolar com distorção idade-série, reinserindo-os ao mundo do trabalho e do saber é uma ação e um desafio político e pedagógico do Governo Federal que visa integrar a epistemologia de saberes com a prática educativa. O desafio é político, porque requer ações

políticas capazes de proporcionar recursos para viabilizar o programa, pressupõe a feitura de leis e decretos e é pedagógico, pois trata-se de uma intervenção educacional que requer métodos e currículos próprios. Assim, os Institutos Federais, também passaram a ofertar esta modalidade de ensino, que a bem da verdade, é fruto de uma longa jornada, que teve início com o resgate da articulação da educação profissional com o ensino médio, promovendo também uma expansão do Ensino Profissional e Tecnológico.

O Decreto nº 5.154/2004, institui que a educação profissional seja desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. Em consonância com o artigo 4º do referido Decreto, a educação profissional técnica de nível médio deve ser desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio.

Um novo Decreto, o de nº 5.478/2005, foi elaborado na esfera das Instituições Federais de Educação e Tecnologia, promovendo a Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), definindo que este programa para formação continuada de trabalhadores e educação profissional técnica.

Com os avanços já adquiridos, a Lei de nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica criou os Institutos os quais foram alinhados aos princípios e objetivos da Educação de Adultos, com ofertas de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos, e por fim, estatui que é também objetivo dos Institutos Federais ministrar educação profissional técnica de nível médio.

Portanto, os ditames da Lei 11.982/2008 está em consonância com os propósitos do Programa Nacional de Educação Profissional para Jovens e Adultos (PROEJA). Este propõe e oportuniza a educação integral àqueles que precisam aglutinar conhecimento científico, histórico, cultural e tecnológico com a prática laboral, amenizando as perdas pelo tempo que perderam longe dos bancos escolares. Entretanto, há uma perda significativa, pois o Decreto 5.840/2006 estabelecia que cada instituição deveria ofertar 10% das suas vagas para o PROEJA. Este percentual não é mais afirmado na Lei 11.892/2008.

Ao ofertar à comunidade o PROEJA, os Institutos Federais se propõem a contribuir para a formação completa do cidadão, pois o adulto aprende numa perspectiva ampla e apropriada, tendo em vista que necessariamente ele precisa de uma inter-relação entre as esferas cognitiva, afetiva e laboral, no sentido de mercado de trabalho, com aplicabilidade imediata do que foi aprendido.

Por esta premissa, a implantação de um curso técnico para jovens e adultos pressupõe uma modalidade de currículo que atenda e viabilize os objetivos deste curso, pois as necessidades deste público tão diferenciado, muitas vezes heterogêneo, marcado pela necessidade real de ter que ao mesmo tempo, trabalhar e estudar, ou seja, recuperar o tempo perdido, adquirir novos conhecimentos e exercer uma profissão, independente da faixa etária avançada, torna-se pressuposto básico e de total relevância para o sucesso e permanência do aluno na instituição.

O currículo que atende a essa aglutinação do trabalho com o ensino, pressupõe uma ruptura com as concepções tradicionais do ensino, porém, este muitas vezes está desvinculado com o cotidiano dos alunos, sobretudo dos jovens e adultos. O currículo deve focar o jovem e adulto e o seu retorno à escola depois de anos de afastamento, precisa focar o aluno não como objeto, manipulável, receptor, mas como construtor, sujeito, ativo e consciente, capaz de transformar sua realidade, um sujeito de direito. Este currículo, pela própria natureza do curso e de sua clientela, não pode ser definitivo, conclusivo, mas em constante construção e passivo de adequações.

O currículo constitui-se em um plano estratégico, institucional, sistemático, norteador das ações pedagógicas e políticas da escola, cujo objetivo final é a aprendizagem do aluno, este deve atender as necessidades e características de seu público. Por assim dizer, o currículo integrado se constitui em um plano pedagógico e institucional, o qual articulará trabalho e ensino, teoria, prática e comunidade, este documento direcionador vem ao encontro das necessidades do jovem e do adulto, fazendo a união do estudo e trabalho e, de maneira imediata, ter e ver a aplicação de seus estudos no mundo do trabalho, na verdade, este tipo de currículo auxilia a formação integral do aluno, principalmente para aqueles que estão em defasagem e ainda necessitam inserirem-se no mundo das interrelações sociais, econômicas e políticas.

Vale ressaltar que se este currículo integrado deve ser complementado com os novos saberes que ressalta a importância de reconhecer o valor da interação social, da convivência entre os diferentes, sobretudo quando esta convivência pode se converter em escopo para o desenvolvimento do ser humano enquanto ser e do trabalhador enquanto produtor de riquezas que melhorarão a vida do homem em sociedade, vale ainda enfatizar que o currículo integrado oportuniza colocar o aluno como sujeito e ponto de partida de toda sua aprendizagem, num exercício contínuo de construção e reconstrução do que foi aprendido e apropriado, intervindo assim, na realidade.

Assim, o currículo integrado favorece ainda o desenvolvimento e o despertar do pensamento crítico do jovem e adulto, bem como sua socialização em geral, pois facilita o entendimento das relações entre os saberes distintos, promove reflexão e participação do cidadão na proposta do PROEJA, objetivando resgatar os conhecimentos já adquiridos, bem como a socialização deste para aquisição do conhecimento de forma satisfatória.

2.2 - PROEJA no CEFET-GO e seu Projeto Político Pedagógico Institucional

É importante refletir sobre o processo de formação do PROEJA, estabelecendo ao mesmo tempo um paralelo com seu Projeto Político Pedagógico, ressaltando as propostas de formação do educador com fundamentação teórica e prática para o processo ensino-aprendizagem.

A formação do PROEJA no IF, unidade Goiânia, está aliada com os princípios norteadores do Programa PROEJA e com os alvos estabelecidos no próprio Projeto Político Pedagógico, ou seja, a inclusão da população que tem pouco acesso à educação profissional, a universalização do ensino médio, a inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional na rede pública, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como ferramenta de ensino, emancipação e atuação consciente do aluno-cidadão, sujeito da própria construção do conhecimento.

Para a Instituição, o Projeto Político Institucional se coloca num momento histórico cujos desafios passam, de um lado, por reconstruir práticas

educacionais avançadas e emancipatórias, como por exemplo, a educação integrada, reafirmar os fundamentos educação pública, gratuita e de qualidade e estabelecer vínculos com as novas necessidades sociais e culturais de sujeitos plenos de direitos, como colocados pela Constituição e reivindicados pelos diversos setores sociais.

Diante deste pressuposto, é importante definir, sistematizar e regulamentar ações que estão sendo desencadeadas a partir dessas necessidades e das novas proposições colocadas para a Educação Profissional e Tecnológica na medida em que incorpora outros níveis e modalidades de educação, conforme o Projeto Político Pedagógico do IFG, Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Lei 11.892/2008, o PROEJA deixa de ser um programa e passa a se constituir como Política Pública dos IFT's dando um passo histórico para o desenvolvimento da brasileira na perspectiva da integração da Educação Profissional Integrada a Educação de Jovens e Adultos.

A leitura do projeto de implantação do curso de educação profissional técnica de nível médio integrado em serviços de alimentação na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA), em sua justificativa também deixa claro que esta modalidade de educação segue o princípio político-pedagógico da coordenação do Instituto que é o fortalecimento da Instituição pública, gratuita e de qualidade, e da inclusão social.

O enfoque sobre serviços de alimentação se deu em virtude da demanda da sociedade por profissionais qualificados nesta área, para tanto setores significativos da sociedade goiana foram ouvidos, bem como pesquisas foram feitas para levantamento de dados. Assim, participaram a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Seção de Goiás (ABRASEL), o Sindicatos de HOTÉIS, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Goiás (SINDHORBS), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - Seção Goiás (ABIH) e a Agência Goiana de Turismo (AGETUR).

Logo, olhando criticamente para a Lei 11.892/2008, lei que instituiu a implantação do Instituto Federal de Goiás, relacionando-o com o Decreto 5.840/2006 - Programa Nacional de Educação Profissional com a Educação

Básica para Jovens e Adultos (PROEJA), percebe-se que o tipo de currículo selecionado, ou seja o currículo integrado e seu documento norteador, tem propostas de viabilização do Projeto Político Pedagógico Institucional, estabelecendo um novo conceito de educação para jovens e adultos, deixando para trás o velho e arcaico pensamento de função compensatória e supletiva, assumindo o paradigma de direito. O jovem e adulto tem direito a educação que aglutina saber científico, histórico, cultural e tecnológico com a sua profissionalização, isto porque, sociedade moderna é marcada, sobretudo, pelos avanços científicos e tecnológicos, o mundo está diferente, mais técnico, graças a estes progressos e com isto a vida do ser humano em sociedade mudou, ou seja, as relações de convivência, familiar, as maneira de entretenimento, as relações de trabalho, em fim, a vida mudou.

Desta forma, tais avanços propiciam ao homem mais acesso ao saber, a pesquisa, aos estudos e à informação, pois um fato que ocorre em outro continente, em questões de minutos torna-se conhecido nos demais continentes, estreitando assim, ainda que virtualmente, as barreiras fronteiriças entre as nações, por outro, deixa claro a necessidade de nos adequarmos a essa nova realidade, especialmente adequarmos as instituições escolares, visando torná-las um espaço privilegiado na construção do saber, apta em seu momento histórico.

Assim, torna-se uma escola moderna, promotora do desenvolvimento de competências e habilidades e isto inclui o uso e ensino da tecnologia, neste sentido, a escola de hoje precisa resgatar e inserir todos aqueles que por motivos diversos ficaram distantes dos estudos, todos aqueles que necessitam e desejam ter acesso a esse saber, notadamente os jovens e adultos que neste momento da vida precisam, além do conhecimento historicamente acumulado pelo homem, estabelecer uma educação também de cunho profissional como um meio de subsistência, ressaltando ações voltadas para a qualidade de vida dos trabalhadores que procuram retornar aos estudos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa destaca a compreensão como objetivo que diferencia a ciência social da ciência física. Segundo Weber, o foco da investigação deve ser a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações.

(ANDRÉ, Marli, 1995,p.17).

Para melhor compreender a formação do cidadão, é necessário fazer a investigação científica, o qual depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos. No intuito de compreender o processo de formação do programa PROEJA no CEFET-GO, especificamente na unidade Goiânia, este trabalho tem como procedimento metodológico a pesquisa científica, com processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico de estudos, para chegar à natureza de um determinado problema, refletindo como se deu o processo de formação do PROEJA, no CEFET-GO relacionando o programa de educação para o desenvolvimento do cidadão o qual busca refletir o seu desempenho da melhor forma possível para atuar na sociedade.

Por natureza aplicada entende-se que é importante a busca de conhecimentos compatíveis com o desempenho do educando para a aplicação prática, direcionada aos problemas específicos, como as dificuldades, os entraves burocráticos, pedagógicos e a disponibilidade dos funcionários, especialmente do quadro docente, entre outros, para a formação do programa. É aplicada também, porque envolve verdades e interesses locais.

Assim, a demanda para este curso é real, e está sob duas perspectivas: a primeira em relação a uma parcela significativa de pessoas jovens e adultas que precisam deste tipo de programa. A segunda sob a perspectiva de ser uma ação governamental, isto é uma medida do atual governo federal, que busca elevar a qualidade da mão-de-obra para melhorar sua competitividade, atender aos interesses do capital e dos organismos internacionais. (CASTRO, VITORETTE, 2001, p.7)

Este fato induz os profissionais da educação, os que se comprometem seriamente com ela, a repensarem suas posturas e oferecer uma educação humana, integral, libertadora e de qualidade, no processo do conhecimento.

Considera-se que a forma de abordagem desta pesquisa é a qualitativa, uma vez que considera o fato de que sempre há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, sendo essa relação indissociável, não podendo ser medida somente em números, pois como explicar por meio de médias estatísticas, coeficiente de correlação o que significa para o jovem e o adulto, afastado do mundo do conhecimento, com necessidades reais de uma educação que aglutina saber e profissão, a oportunidade de estudar num Centro de Excelência Tecnológica como o CEFET-GO, assim, a interpretação e análise dos fenômenos e a atribuição de significados são realizados de forma a contribuir com o conhecimento numa visão global da formação profissional, pois como bem disse, ANDRÉ, 1995, p.18: “ a experiência humana é medida pela interpretação, a qual não se dá de forma autônoma, mas à medida que o indivíduo interage com o outro”.

Quanto aos objetivos, é importante atingi-los com propostas inovadoras para o conhecimento visando proporcionar maior familiaridade com os problemas e torná-los explícitos, construindo hipóteses, envolvendo levantamento e pesquisas bibliográficas para incentivar a compreensão do assunto, ora em estudo, é descritiva, isto porque, descreve as características do público alvo deste trabalho, os jovens e adultos que precisam retomar seus estudos e garantir trabalho, subsistência, bem como o fenômeno da educação inclusiva para Educação de Jovens e Adultos.

Sobre os procedimentos técnicos, esta pesquisa trouxe aspectos relevantes ao processo de conhecimento da formação do cidadão, aliada a uma educação de qualidade em todos os aspectos.

A coleta de dados se deu por entrevista estruturada, análise da coleta de dados da pesquisadora Maria de Fátima Rodrigues Póvoa com o trabalho de especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com a pesquisa: “ Os desafios da integração curricular no PROEJA, CEFET-GO. O público alvo deste trabalho

foram as pessoas que participaram da construção do projeto do Curso Técnico, Integrado ao Ensino Médio vinculado ao PROEJA.

4. PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTAS E ANÁLISE

A sociedade moderna é marcada pelos avanços científicos e tecnológicos, o mundo se tornou menos distante graças ao progresso, a estes avanços, com isto a vida do ser humano em sociedade mudou, ou seja as relações de convivência, familiar, as maneiras de entretenimento, as relações de trabalho, em fim, a vida mudou. É certo também que tais avanços, por um lado propícia a homem mais acesso ao saber, a pesquisa, aos estudos e à informática, por outra deixa clara a necessidade de adequarmos a escola de hoje para esse novo tempo, visando torná-las em um espaço privilegiado para a construção do saber, apta para o seu momento histórico, uma escola moderna, que precisa resgatar e inserir todos aqueles que por motivos inúmeros ficaram e estão fora destas instituições, inserir todos que necessitam de ter acesso ao saber, e, neste sentido, o jovem e o adulto que neste momento da vida precisa de se apropriar tanto do conhecimento acumulado ao longo de história, como também de uma profissão, um meio de subsistência, objetivo do PROEJA.

Assim, foram feitas algumas entrevista com o grupo de pessoas que implantaram e divulgaram a idéia do PROEJA no CEFET-GO, para tanto foi realizado uma entrevista inicial para verificação do protocolo de entrevista, o qual não houve problemas, entretanto, dado a falta de tempo hábil, só foi possível entrevistar o público alvo, para as análises utilizou-se os dados coletados por outra pesquisadora, cuja pesquisa também trabalhou com os autores que participaram do processo de formação do PROEJA no CEFET-GO, portanto, as análises aqui apresentadas são parciais, pois não se conseguiu entrevistar todos os envolvidos no processo, mas um percentual de 40% do total.

Analisar a formação do programa PROEJA, no CEFET-GO, especificamente o Curso de Serviço de Alimentação implica em inúmeros questionamentos, como: O Programa está além de implantado, também consolidado? A forma integrada de fato atende e conduz o educando a uma formação global? Tudo isto porque desconstruir alguns paradigmas já

estabelecidos e buscar outro, de forma coletiva, que se caracteriza por um processo contínuo, pode causar embaraços.

A primeira pesquisa foi realizada na casa da pesquisadora, a qual realizamos, as demais foram realizadas por outra pesquisadora no próprio CEFET-GO, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus – Goiânia, localizado à rua 74, nº 46, no Centro.

O curso é destinado aos jovens e adultos que tenham terminado o ensino fundamental, com idade de dezessete anos ou mais. São ofertadas 30 vagas semestrais, com matrícula gratuita, cujo o acesso se dá por sorteio, entrevistas e palestras. O curso é oferecido nos turnos vespertino e noturno de segunda a sexta-feira, em número de 05 (cinco) aulas por dia, com duração de 50 (cinquenta) minutos inicialmente e hoje com 45 (quarenta e cinco) minutos de duração e com intervalo de 15 (quinze minutos) diferenciando dos 20 (vinte) minutos à época de sua implantação. Os técnicos em serviços de alimentação são capacitados para trabalhar em todos os locais onde são servidos alimentos e bebidas, como lanchonetes, bares, hotéis, hospitais, padarias, escolas, pizzarias e demais lugares similares, bem como realizar trabalhos autônomos, neste sentido a instituição conta com aproximadamente 15 (quinze) professores de várias áreas.

As pesquisas foram realizadas entre os dias 03 e 10 de agosto de 2009, e a metodologia adotada para este fim foi a pesquisa qualitativa de natureza interpretativa, optou-se por entrevistas individuais para melhor aproveitar a coleta de dados, sendo que as perguntas foram previamente elaboradas e inseridas no protocolo de entrevistas (apêndice 1), cuja a base foi o marco teórico e a vivência pessoal da pesquisadora, vale aqui ressaltar o que nos ensina MOREIRA, muito pode contribuir para um “maior entendimento da vida na escola e de como as pessoas que trabalham nestes ambientes reagem à implementação de políticas para poder avaliar como estas políticas e práticas convergem e divergem” (199,p.15-16, apud VITORETTE, 2001).

Convém dizer que todos os professores entrevistados participaram da implantação do curso PROEJA no CEFET-GO, todos com dedicação exclusiva e com formação acadêmica, dos quais alguns são doutorandos. Definida esta parte, o passo seguinte foi de elaboração da carta de apresentação (ver apêndice 2) e

do termo de consentimento (ver apêndice 3) que foi entregue à primeira entrevistada via internet e pessoalmente aos demais, entrevistados pela outra pesquisadora. Cada entrevista teve, em média 1 (uma) hora de duração, as mesmas foram gravadas, literalmente transcritas e interpretadas. Segundo MOREIRA, 1996, p. 31, apud, VITORETTE, 2001, “a interpretação resulta da busca por perspectivas profundas em acontecimentos particulares, numa tentativa de compartilhar significados com outros.

No afã de melhor analisar os conteúdos das entrevistas, esclarecemos que P1 trata-se do professora entrevistado por mim, os demais , P2, P3 e P4 pela outra pesquisadora, limitamos a análise quanto as seguintes considerações: Como eles vêem o programa PROEJA e quanto à questão da integração educacional tecendo também considerações sobre as dificuldades deste programa PROEJA no CEFET-GO.

Ao serem questionados sobre como vêem a formação do PROEJA no CEFET-GO, um curso de inclusão, na modalidade EJA, integrado a uma educação profissional, o professor 1 (P1) coloca que as orientações vieram do próprio programa PROEJA e que este oferece ao aluno, a oportunidade de uma formação global, em que ele é visto não como um ser fragmentado, mas de maneira integral, tem a oportunidade de se posicionar como sujeito da construção de seu saber, é uma educação que integra conhecimento, apropriação das técnicas e um profissão. O professor 2 (P2) argumenta que as orientações também vieram do próprio programa PROEJA para que o aluno amplie seus horizontes. [...] No PROEJA, ele cumpre uma “formação maior” do que a formação do que a formação anterior nas escolas técnicas e como há ainda nos sistemas S (SENAI, SESC...). O professor 3 (P3) diz que não entende possível uma formação profissional sem uma sólida base de educação geral, que passa a ser concebida como resultante da articulação de diferentes conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais. A Integração entre trabalho, ciência e cultura demanda uma formação científico-tecnológico e sócio-histórica que integre os conhecimentos científicos que fundamentam os processos sociais e produtivos, as formas tecnológicas, as formas de comunicação e os conhecimentos sócio-históricos. Já o professor 4 (P4), coloca que o PROEJA foi uma proposta de trabalhar com determinado grupo que ainda “não era para nós”

{...}, o integrado foi encontrar na área de alimentação um eixo, um viés da realidade do mercado.

Assim, podemos perceber que nas falas dos entrevistados P1 e P3, que estes percebem o PROEJA no CEFET-GO, como uma alternativa educacional viável para o jovem e o adulto, uma oportunidade de oferecer a esse público uma educação mais humana, global que atenda suas necessidades de trabalho, mas também, de conhecimento real. P2, tem uma visão da integração do PROEJA um pouco vaga apenas como formação maior e apresenta um estranhamento em relação ao público do EJA, e que é a primeira condição para dar aula para o público da EJA é gostar dele. O professor P4 difere, não entendendo assim, mas vendo o curso como um “viés” O raciocínio de P1 E P3 se alinha ao posicionamento dos autores CIAVATTA (2005) e Saviani (2003), quando afirmam que “esta formação integrada (o PROEJA, portanto), sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho” (2003,p.4).

Ao perguntarmos aos entrevistados sobre a integração que curso PROEJA prevê, eles na maioria entendem que de fato ela não está ocorrendo. P1 diz:

Ela é um processo, como também é a própria formação do curso, a configuração integrada busca unir uma formação técnica com uma geral, pois entendemos que não dá para separar as duas formações, nós não queríamos seguir aquela divisão do Decreto 2.208/1997 que separava a formação técnica da geral, como se o educando não precisasse ter uma ou outra, uma vez que para nós a melhor experiência de educação básica que ocorreu no Brasil foi a formação integrada, com ela o aluno terá a oportunidade de lidar com as questões do mundo do trabalho, das habilidades, das competência, ou seja do fazer, da técnica e seus segredos, da tecnologia e ao mesmo tempo aprender essa tecnologia, [...], nós queremos oferecer a estes jovens e adultos a melhor experiência do ponto de vista educacional e por entender que eles têm direito a uma formação de qualidade e na perspectiva de totalidade.

Já o professor 2 disse que de fato essa integração não acontece, pois existe um desafio maior, o desafio de toda uma formação técnica e propedêutica junto. O ideal é que ela se juntasse, mas ela de fato não acontece por esses problemas todos de da adaptação de professor e, sobretudo porque a gente não

consegue conversar, fazer reuniões com frequência, Deveria haver uma coordenação especial só para o PROEJA e aí a quantidade de problemas próprios da rotina acadêmica, como falta de carteiras, sala de aula, acabariam não nos envolvendo.

Também na fala de P3, não há integração:

Na realidade temos a primeira turma recém formada. Difícil buscar já resultados deles no mercado. O que a gente visa é o aluno que se destaca nesse sentido. Temos um caso recente de um professor, um diretor que abriu um restaurante árabe. Nossos alunos foram participar da seleção, sendo que uma de nossas alunas foi aceita. Isso demonstra quem resultado positivo em relação ao fato da alimentação ter sido um caminho, mas integração como um todo eu poderia dizer que não, nós temos uma história de dificuldades físicas e infelizmente isto traz um impacto muito grande em função da ausência de práticas e o mercado é prática.

Quanto a P4 a fala é:

Uma concepção metodológica só ganha concretude quando tomada com relação às condições reais de sua implantação. Uma proposta que pretenda garantir a Educação de jovens e adultos na modalidade PROEJA, nos Institutos Federais exige investimentos, principalmente, na contratação de professores e sua capacitação para atuar no Projeto. A integração não foi articulada na prática de ensino do Instituto. Isso pressuporia reuniões pedagógicas com apoio de instrumental teórico entre professores da área de formação geral e os professores da área técnica.

Por estas premissas, entendemos que os professores divergem no tocante a questão da integração sendo que na maioria a integração não está ocorrendo. Mas percebe-se que P1 e P4 uma convicção mais clara da importância do PROEJA no IF-GO, o que ainda consideram um desafio.

Porém, é interessante observar que como a educação não é vazia em si mesma, mas pressupõe-se para a vida, os professores acabam por integrar conteúdos com áreas técnicas que melhor os alunos assimilam, como um fenômeno químico, na hora de cozinhar um alimento ou preparar uma alimentação, neste sentido também há integração.

Vale ressaltar que apesar de todas as argumentações tecidas pelos professores, eles também deixaram claro que compreendem a integração, como disse P2: Essa integração se faz no conjunto, ela aparece e nos surpreende quando buscamos algumas nuances, como a união entre um determinado saber e outro que pareceria não ter esse fim. P3 disse defender essa configuração: Eu defendo essa formação, acho que é o ideal na educação. Agente precisa criar cursos de formação rápida, é pegar um foco e trabalhar para que o aluno tenha a melhor clareza. O Professor P4 coloca que gosta do trabalho e acredita na educação e no conhecimento e nesta formação, pois é preciso integrar o aluno, pensar no lado social e o aluno será um ser humano melhor.

Ante o exposto, resta claro que a formação e implantação do programa PROEJA, está em fase de consolidação, sendo que sua integração se constitui num desafio, mas ainda que gradualmente está ocorrendo, seja de forma mais entusiástica como na fala de P1 ou não paulatinamente ocorrerá, pois é o alvo na educação.

Certo é que o PROEJA no CEFET-GO já é uma realidade, e se os professores e diretores fossem aguardar as condições necessárias acontecerem, para só depois implantarem o curso, esse processo seria muito demorado e mais danoso para os alunos que já estão em fase de não espera, os concertos serão administrados com o decorrer do próprio curso, também é possível perceber que as dificuldades e as resistências em realizar encontros, discussões coletivas comprometeram um desenvolvimento melhor do curso, e quanto a integração, esta precisa ser melhor aprofundada, discutida para haver integração até entre os professores.

As considerações apresentadas neste trabalho são provisórias, até porque não foi, dado a falta de tempo hábil, entrevistar todos os professores que participaram do processo de formação e implantação do PROEJA na Unidade Goiânia, mas fica o grande legado, que o Instituto Federal de Goiás abraçou esta causa, oportunizou e oportuniza a esse público já tão castigado pela vida o acesso a uma educação de qualidade, geral e aliada a uma profissão, o tempo será o grande julgador de sua eficácia, a verdade que se levanta é que o aluno tem direito a essa educação e neste Centro de Excelência, que por tradição sempre esteve junto dos que buscavam oportunidades melhores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho foi de grande importância para que possamos refletir o sistema educacional como suporte de integração ao cidadão, o qual busca elevar o nível de educação de qualidade para o resgate de valores do educando, propiciando-lhe suporte para o mesmo torne-se cidadão crítico, reflexivo, atuante frente aos desafios da sociedade. É necessária uma educação inclusiva, que busque dar oportunidade a educação de jovens e adultos de forma que estes educandos possam estar aptos a enfrentar o mundo competitivo do mercado de trabalho.

Desta forma, é importante atender os interesses da sociedade, promovendo uma educação integrada aos conhecimentos de formação profissional, de cunho qualitativo aliado às instituições escolares, notadamente como propõe o Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de Goiás - CEFET-GO, ainda que haja divergências quanto sua eficácia e integração também nesta instituição, como demonstrou as entrevistas, resultando na busca, de todos os envolvidos, seja professores ou funcionários administrativos de uma educação que faça a diferença para o aluno e esta sendo um direito.

Logo, estes estudos demonstraram a importância do programa de educação de jovens e adultos voltados para a atuação profissional, constituindo-se como um programa mais que inclusivo, com ações de resgate aos princípios de cidadania do ser humano, enquanto produtor de conhecimento, do trabalho e da cultura e por consequência a qualidade de vida ao inserir na sociedade com sabedoria para enfrentar os desafios do cotidiano.

Sendo assim, enquanto educadores e cidadãos, que busca estes princípios democráticos, faz-se necessário que tenhamos o compromisso político de lutar, em nosso espaço de atuação, para que a Educação de Jovens e Adultos venha a se concretizar como uma política pública real com possibilidades e desafios, os quais propõem educação de qualidade, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e justiça social. Assim se faz necessário compreender a

construção de um projeto possível de sociedade mais igualitária e fundamenta-se nos eixos norteadores das políticas de educação profissional bem como o desenvolvimento de estratégias de financiamento público que permitam a formação integral do cidadão para que o mesmo possa aliar a prática aos seus fundamentos científico-tecnológicos e histórico sociais, propondo a inserção do cidadão no processo educacional e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaso Alonso de. **Etnografia da prática escolar.**

Campinas, SP: Papyrus, 1995 (Série Práticas Pedagógicas).

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997.**

_____. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.154 de 25 de julho de 2004.**

_____. Congresso Nacional. **Decreto nº 2080 de 13 de junho de 2005.**

_____. Congresso Nacional. **Decreto nº 5478 de 24 de junho de 2005.**

_____. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006.**

_____. Documento Federal que institui o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, (PROEJA), Brasília, DF, 2006.

CARDOSO, Mírian Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento.** Brasil: JK-JQ.2.ED. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO). **Projeto de Implantação do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Serviços de Alimentação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** Goiânia, CEFET-GO, 2006.

_____. Portaria nº 234, institui no âmbito do CEFET-GO a Coordenação do Programa dos Cursos Técnicos Integrados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, PROEJA/CEFET-GO, Goiânia, 11 de julho de 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **As Raízes da Escola de Ofícios Manufatureiros no Brasil. -1808/1820.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, abril/junho, 2002.

FILHO, D.L. **A desescolarização da escola: impactos da reforma da Educação Profissional (período 1995-2002).** Curitiba, Torre de Papel, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987

FRIGOTO, GALDÊNCIO, CIAVATTA, Maria e TAMOS. Marise (org). **Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições.** São Paulo: Cotriz, 2005.

GARCIA-HUIDOBRO, J.E. **Mudanças nas concepções atuais da educação de adultos.** Anais, Brasília: MEC-INEP-SEF/UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, Ramom de. **Empregabilidade e Competências:** Conceitos novos sustentando velhos interesses. Trabalho e Educação. Belo Horizonte, NETE/FAE-UFMG, N.5, JAN/JUL. 1999.

PENNAC, Daniel. **Como um Romance.** Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2002.

PROJETO Político e Pedagógico Institucional do IFGOIÁS: Documento em Construção. Goiânia, 2009.

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa; CASTRO, Mad'ana Desirée Ribeiro de. **Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO):** Uma Análise a partir da implantação do Curso Técnico Integrado. 2001

ZILLES, Urbano. **Teoria do Conhecimento.** 4ª ed. ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

APÊNDICE

PROTOCOLO DE ENTREVISTA

- 1 – Nome
- 2 – Idade
- 3 – Formação
- 4 – Função que exercia no CEFET-GO na época da implantação do PROEJA?
- 5 – Tempo que trabalha na instituição CEFET-GO?
- 6 – Jornada de trabalho?
- 7 – Qual sua opinião sobre a implantação do PROEJA no CEFET-GO?
- 8 – Qual foi o modelo escolhido de curso técnico?
- 9 – Quais os critérios adotados para o curso PROEJA?
- 10 – Como você percebe os programas educacionais que visam reinserir os jovens e adultos nas instituições escolares?
- 11 – A integração profissão, trabalho e educação do jovem e adulto constitui-se em uma necessidade real, uma tendência pedagógica da modernidade ou um resgate moral, jurídico, cultural e até político dos governos para com aqueles que se encontram em defasagem idade-série?
- 12 – O que você entende por PROEJA?
- 13 – Houve problemas para a implantação do PROEJA no CEFET-GO? Quais e de que ordem?
- 14 – Quais as motivações para a escolha do curso técnico em Serviço de Alimentação Integrado ao ensino médio na modalidade Jovens e Adultos?
- 15 – Qual sua avaliação sobre a implantação do PROEJA no CEFET-GO quanto aos seus objetivos, projeto político e pedagógico, educação gratuita

e de qualidade, política educacional avançada e emancipatória e a formação crítica dos alunos?

16 – Na sua opinião o PROEJA está implantado e consolidado no CEFET-GO?

CARTA DE APRESENTAÇÃO

De: Lucimar Furtado Silva

Aluna do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás / Universidade Federal de Goiás.

Ilmo. (a) Sr. (a): -----

Dirijo-me a V. S^a., com o objetivo de solicitar sua participação na pesquisa que estou desenvolvendo, referente ao Curso de Especialização acima citado do IFG/UGG, sob a orientação da professora Msc, Jaqueline M.B. Vitorette.

A intenção da pesquisa é investigar a formação e implantação do Curso PROEJA no CEFET-GO, tema desta monografia.

Entretanto, esse conhecimento só será possível, se eu puder contar com a sua participação através do relato de sua vivência e experiência, os quais são de fundamental importância para o alcance do objetivo proposto.

Dessa forma, gostaria de contar com a sua participação por meio de uma entrevista que será em local e horário estabelecido em comum acordo, com o tempo de duração de 20 a 30 minutos. Posso lhe assegurar que todos os dados fornecidos serão confidenciais e nenhum participante que tomar parte no estudo será identificado em qualquer comunicação ou publicação futura.

Agradeço antecipadamente a sua participação.

Atenciosamente

Lucimar Furtado Silva

Lufurtado2007@hotmail.com

32473574.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, Lucimar Furtado Silva, concordo em participar, voluntariamente, do estudo sobre a formação do Curso PROEJA, integrado ao Ensino Médio, na Modalidade Jovens e Adultos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, entendendo sua proposta e natureza.

Reconheço que as informações poderão ser utilizadas em futuras publicações, desde que meu anonimato e o sigilo da autoria de minhas respostas sejam garantidos. Reservo-me ainda, o direito de interromper minha participação quando quiser ou achar necessário, e de não responder a algum questionamento que não considere pertinente.

Goiânia, ____ de _____ de 2009.

Assinatura

